

Alguns Aspectos da Escrita em Esparta (c.600-350 a.C.)

José Francisco de Moura

Abstract:

This article has intention to reflect the social paper of literacy in Ancient Sparta in archaic and classical times using for it some archaeological, epigraphical and literary evidence.

Quando lemos alguns textos de Plutarco que se referem aos espartanos, temos a impressão de que os mesmos faziam da escrita um uso similar ao que os romanos de sua época faziam. Vivendo numa sociedade letrada — se entendermos por isso uma sociedade em que parte significativa de seus habitantes fazem grande e complexo uso da escrita¹ — Plutarco atribuiu as práticas escritas correntes do seu tempo a vários séculos anteriores, o que na prática não condizia com o uso como aquela se desenvolveu no período arcaico e clássico.

Este *paper* não tem a pretensão de estabelecer a “verdade” sobre o caráter letrado ou não da sociedade espartana, mesmo porque as escavações estão sempre trazendo novas evidências sobre o modo como aquela era utilizada. Porém, consideramos que, a partir das evidências textuais e das atuais descobertas arqueológicas, a hipótese sobre o caráter funcional da escrita espartana é a mais pertinente, o que nos leva a crer que os espartanos eram, mesmo no período clássico, uma sociedade semi-letrada. Por sociedade semi-letrada consideramos uma sociedade onde a escrita só era praticada por pequeno número de pessoas, e onde o seu papel era restrito ao funcionamento da organização sócio-política e não em relação às atividades culturais e intelectuais como um todo.

Propomos para corroborar esta hipótese a construção de um quadro classificatório que, a partir da confrontação de evidências arqueológicas e textuais, permitam uma melhor compreensão dos usos da palavra escrita em Esparta no período que abrange os séculos VI a IV a. C., já que poste-

riormente, com o advento do período helenístico, a escrita parece ter se estabelecido de vez em quase todo mundo grego (HAVELOK: 1996). Concordamos pois, com as hipóteses de Cartledge (1981) e Bohring (1980) que consideram a sociedade espartana iletrada por sua utilização pouco difusa. Porém, os dois autores não se pronunciaram acerca do caráter da mesma em relação ao seu aproveitamento.

Iremos separar as evidências em duas categorias distintas: comunicações públicas e comunicações privadas. Por comunicações públicas, chamaremos leis escritas, correspondências oficiais, listas e inscrições públicas em pedra e tratados. Por comunicações privadas, nos referiremos a todo tipo de correspondência “particular”, tais como cartas, livros, panfletos, inscrições votivas em cerâmica ou outros materiais, enfim mensagens que aparentemente não tinham qualquer caráter público.

Escolhemos esta forma de classificação, mesmo sabendo do risco em se separar arbitrariamente o público do privado na Antigüidade (principalmente em Esparta), pois em geral o mundo Antigo se caracteriza pela interpenetração das duas esferas em muitos setores da vida social. Porém, em nome de uma certa lógica instrumental aceitamos correr este risco.

Vale dizer que boa parte das inscrições achadas pelos arqueólogos em diversos sítios da antiga Esparta parecem ser de elaboração de “especialistas”, mais precisamente as que apresentam uniformidade acentuada e um maior cuidado estilístico. Em função disso, escolheremos para dar conta das comunicações privadas as inscrições que alguns arqueólogos acreditam terem sido feitas pelo próprio emissor da mensagem, aquelas onde as incisões não apresentam características de trabalho especializado, mas sim as que parecem ser mais irregulares.

O problema da documentação textual

As evidências textuais de utilização da escrita antes do século VI são bastante contraditórias. Polienos (Strat. I. 17. cf. BORING: 1979) afirmou que durante a segunda guerra da Messênia (c.665 a.C.), os soldados espartanos usavam uma tarja no braço esquerdo com suas identificações, com o intuito de serem reconhecidos pelos seus “escravos” (ou “servos”) em caso de sua morte, afirmando ter tirado esta informação do poeta Tirteu.

O texto levanta algumas questões. Os espartanos teriam sido tão numerosos assim para que isso fosse necessário? os “servos” saberiam ler? a escrita já estaria difundida a tal ponto em um período tão remoto?

Ainda no período Arcaico, Plutarco (Licurgo 6) refere-se a uma *rethra* de origem remota que estabeleceria as funções da Gerúsia e da Assembléia, além de acrescentar uma nova divisão espacial dos espartanos (*PHILAI* e

OBAI) engendrada pelo legislador e corroborada pelo oráculo de Delfos. Se levada a sério, como o foi por alguns historiadores², esta *rethra* poderia remeter à presença da escrita em Esparta à um período bastante remoto.

Existem problemas básicos nesta citação. Primeiramente, Plutarco, em outro trecho, refere-se a proibição impetrada por Licurgo de se ter leis escritas em Esparta (Lic.13). Em segundo lugar, não existem evidências arqueológicas que corroborem um uso tão antigo da escrita³. Do mesmo modo, Pausânias, outro grego de período tardio, referiu-se a uma carta de Aristomenes que teria sido interceptada pelos espartanos (IV 22-23). Aristomenes era um lendário líder Messênio que se revoltou contra o domínio espartano no período da segunda guerra da Messênia. Novamente temos aqui poucas evidências que provem a pertinência dessas informações de Pausânias.

Essas informações, em que pese as dúvidas, já demonstram o uso funcional (exceção à Pausânias) que a escrita apresenta, servindo para facilidade operacional, no primeiro caso de Plutarco, e divulgação de caráter legal, no segundo. Isso parece casar com a informação do próprio Plutarco (Mor. 237A) de que os jovens espartanos aprendiam a ler e a escrever por razões puramente “práticas”.

Quando nos reportamos a documentação textual dos séculos quinto e quarto a.C. nossas dificuldades em estabelecer qual era o papel da escrita em Esparta não diminuem, pois os próprios autores gregos são pouco claros ou contraditórios.

Isócatres, numa passagem de um discurso, acusa os espartanos de não saberem ler e escrever (Panath. 209). Porém, logo depois, mencionou seu arrependimento em ter se referido aos espartanos com aquela ofensa (Panath. 232). Mais além, a confusão aumenta; afirma numa passagem que os espartanos copiavam os seus discursos, para numa outra dizer que terceiros tinham que ler-lhes os textos (Panath. 212).

A mesma confusão apareceu nos textos de Platão. Nas Leis (680 C-D), Megislus, um Lacedemônio que participava do diálogo, afirmou que os espartanos liam poesias “estrangeiras” e, destas, gostavam mais da Homérica. Já em Hippias Maior (284-285), menciona, por Hippias, o caráter iletrado dos espartanos, além de acrescentar que não sabiam contar

Outros textos pecam pela falta de precisão na informação de como a escrita era produzida. Tucídides mencionou três cartas envolvendo o regente Pausânias, duas das quais envolvendo os persas Xerxes (I 128) e Artabázus (I 132), e a última, uma comunicação dos éforos (I 131). Também menciona tratados de paz colocado à vista do de todos (V 18 ; 23).

Xenofonte, que conhecia bem os lacedemônios, mencionou na íntegra uma carta de Hippócrates aos éforos, durante a guerra do Peloponeso,

informando a morte de um comandante e pedindo instruções de como proceder frente a fome que abatia seu grupo. A carta teria sido interceptada pelos atenienses no trajeto que a levaria aos éforos, impedindo a comunicação (*Hel.* I 1 23). Em outra passagem de sua *Helenicas* (III 3 8), afirma que os éforos, após terem descoberto um foco de revolta, escreveram o nome de vários Hilotas e Aulonianos rebeldes numa Skytale.

A Skytale era um instrumento de comunicação que permitia o envio de mensagens em segurança. Heródotos e Aristófanes (*Lisist.* 991) também se referiram a este instrumento, e posteriormente Plutarco (*Lis.* 19) descreveu-o com detalhes.

O fato é que todos estes escritos, ou parte deles, podem não ter sido elaborados pelos personagens e sim por “escritas” especializados, não mencionados pelos autores. Este era um procedimento comum na Grécia, e os espartanos provavelmente os utilizaram em algumas ocasiões. Plutarco (*Lisandro* 25) refere-se a um discurso que Lisandro teria mandado elaborar para falar na Assembléia, o que parece provar esta prática como comum, muito embora tenha afirmado que o comandante espartano tivesse estudado esse discurso.

Estas informações vindas dos textos, mesmo pouco claras ou contraditórias, se confrontadas com as evidências arqueológicas, podem nos trazer alguma compreensão do uso da escrita em Esparta entre os VI e IV séculos antes da nossa Era.

Comunicações privadas

O primeiro atestado material da presença da escrita numa comunicação privada em Esparta é oriundo do santuário chamado Menelaion, e data de cerca de meados do sétimo século (c. 650 a.C). Trata-se de uma inscrição feita em um *aryballos* de bronze, dedicada por “Deinis” a “Helena, mulher de Menelaos” (*CATLING*: 1976 p. 147-157). Este achado revela, entre outras coisas, que a difusão e a crença na épica homérica é de data remota em Esparta.

No início do sexto século, as inscrições votivas começam a se multiplicar em vários locais. No santuário de Artemis Orthia, foram encontradas quatro dedicações em pedra calcária de dois indivíduos, “Praxinos” e “Throuthos” (*BSA* 24: p. 110 fig.2). Na Acrópolis, existe a possibilidade de um único indivíduo, um tal “Baquilidas”, ter feito dedicações em diversos artefatos distintos (*BSA* 30: p. 249-251). Outra inscrição em bronze do início do sexto século foi achada no Menelaion, também com os dizeres “para Helena”, só que desta vez de autor ignorado. (*CATLING*: p. 148).

No período que abrange de 530-500 a.C. vários grupos de inscrições surgem na Acrópolis, e nos santuários de Atena Chalkioikos e de Artemis Orthia, o que parece ser sinal de um certo incremento e difusão da prática da escrita em Esparta. A documentação textual aqui pode ajudar, pois podemos relacionar esse aumento das inscrições votivas com uma citação de Heródotos (V 90) de que o rei Cleomênes II, que governou no final do sexto século, havia capturado diversos oráculos em Atenas, tendo-os estudado pessoalmente em Esparta.

As inscrições desse período apresentam algumas características interessantes. Para Bohring, o caráter semi-letrado de grande parte dos dedicantes aparece claramente marcado em alguns votos. Numa pequena placa de osso, a dedicante teria errado o nome da deusa, escrevendo um teta no lugar do psi, ou seja, o equivalente a Orthia ao invés de Orthia. Em outra inscrição em bronze, o erro estaria no próprio nome, com a incisão de OORTISIA, ao invés da forma correta WRTISIA (BORING; p. 43).

Esses votos indicam que alguns espartano (a)s poderiam saber apenas escrever o próprio nome, ou talvez apenas ter aprendido a escrita precariamente, mas que fosse suficiente para suas necessidades mais imediatas. Talvez só os mais ricos, como “Baquilidas”, nome de linhagem real, tivessem um melhor domínio da escrita, sabendo ler e escrever plenamente.

Uma outra inscrição curiosa é a que foi encontrada na Acrópolis, datando de cerca de 500 a.C.. Trata-se de um pedaço de telha, no qual estaria inscrita uma espécie de pedido por “um tranqüilo retorno” (BSA 30 – 1929-1930 p. 248 fig. 4). Pode tratar-se de uma dedicação oferecida antes de alguma batalha, provavelmente por um espartano.

Ao que parece, a escrita em Esparta foi desenvolvendo-se com o passar do tempo seguindo porém um ritmo muito mais lento do que sua rival Atenas e o restante do mundo grego. A partir do V século e principalmente no IV, as dedicações privadas se multiplicam.

Assim, nos parece que são plenamente possíveis as informações contidas nos documentos textuais quando mencionam espartanos escrevendo ou lendo pequenas cartas ou mensagens e até livros. Existem duas importantes citações a livros elaborados no IV século.

Aristóteles (Pol. 1333b) mencionou que o comandante espartano Thibron, exilado em 399 a.C., teria escrito um livro (por volta de 395 a.C.) louvando o legislador Licurgo por ter criado o sistema educacional espartano e possibilitado a hegemonia espartana naquele período. Nenhum escrito desse autor chegou até nós, mas é pouco crível que Aristóteles inventasse tal história, mesmo porque ele era um cuidadoso pesquisador das constituições das *poleis* gregas, e costumava citar normalmente suas fontes.

Outra menção à escrita de livro nesse período aparece mais tarde. O geógrafo Estrabão, vivendo no período romano, mencionou um livro que teria sido escrito pelo rei Pausânias, banido em cerca de 394 a.C.. Desta vez, o livro seria uma crítica ao regime de Licurgo, provavelmente endereçada aos reis e éforos (VII 5). Estrabão retirou sua informação de Ephorus (70 F. II8), que viveu muito próximo a Pausanias e talvez tenha lido o livro, embora nada deste tenha chegado até nós.

Note-se que ambos os livros mencionados teriam sido escritos por espartanos no exílio e nada temos sobre a presença de qualquer tipo de livro em Esparta até época bem tardia. Fechado como era, o regime espartano reprimia qualquer manifestação mais livre do espírito, fazendo com que a ação individual fosse controlada ao máximo pelo sentido coletivo. O espaço da escrita individual era pequeno, manifestando-se apenas na esfera religiosa, ou no máximo, a partir de pequenas mensagens, muitas delas de reforço a obediência ao regime.

A aparição de alguns nomes de mulheres em dedicações pode nos levar a confirmar a visão de que até mesmo as mulheres escreviam cartas com pequenas mensagens. Plutarco menciona, em seu anedotário sobre espartanos, algumas cartas de mães a seus filhos, contendo mensagens curtas mas objetivas. Destas, todas referem-se a normas de conduta que o filho deve ter para honrar o nome da família e servir Esparta. Muito embora as informações de Plutarco em seu anedotário façam parte daquilo que Tigerstedt chamou de “lenda” espartana, não há dúvidas de que estas informações de Plutarco são um certo sinal da cultura espartana.

Comunicação pública

O fato de existirem vários documentos, tais como leis escritas, tratados de alianças e decretos exibidos publicamente, podem nos indicar uma capacidade minimamente difusa que parte da população tinha para ler esse tipo de mensagem. Alguns desses documentos chegaram até nós.

A lei de caráter sacro exposta nas montanhas de Gyteon, mencionada por Pausânias (III 22) e encontrada pelos arqueólogos, indica alguma difusão mínima da leitura, mesmo entre os segmentos inferiores da sociedade. A *Lex Sacra* proibia a retirada de pedras da montanha sagrada situada próxima daquela comunidade, prática que devia estar sendo utilizada pelos construtores de docas ou santuários de Gyteon, que na verdade era uma comunidade de Lacedemônios livres porém não-esparciatas, os chamados “periecos” (I.G. V.I 1155)⁴. A comunicação é curta e objetiva, não necessitando que o leitor estivesse plenamente familiarizado com a escrita.

Alguns outros documentos que nos chegaram são de caráter diplomático-militar. Destes, são conhecidas pelo menos duas listas de contribuição de guerra, ambas do V século, no contexto da Guerra do Peloponeso. A primeira, refere-se a doações dos cidadãos de Mélos, e contém também uma contribuição privada. A segunda, são duas lista diferentes, uma em cada lado da estela, contendo a relação do que foi doado em diferentes períodos (I.G. V. I. 1 e 219). Ambas, provavelmente, inserem-se no mesmo tipo de documento público mencionado por Tucídides (V 18; 23), quando mencionou o tratado de paz entre Atenas e Esparta (em 425/424), ficando à mostra para todos que desejassem vê-las. Tais documento muito provavelmente tinham o intuito de familiarizar os soldados-cidadãos de Esparta do quão andavam as alianças engendradas a nível de contribuição dos aliados, participando-os dos recursos que tinham para a guerra, ou no caso da paz de Nícias, a nível de uma satisfação pública pela suspensão da contenda.

A presença de vários nomes de vitoriosos em jogos dentro e fora de Esparta é um fato confirmado arqueologicamente (por exemplo: IG V I, 222; BSA 29 – 1927-1928 p. 45 n. 69). Todas essas inscrições parecem ter sido feitas por trabalhadores especializados, devido ao bom ordenamento das letras e ao estilo similar que todas apresentam (BORING: p. 34-35; CARTELEDGE: 1979 p.33). O fato destas listas ficarem expostas é significativo, pois remete ao status público que adquiria um vencedor, tendo a memória perpetuada de seus feitos por via escrita.

Da mesma forma, as estelas funerárias podem ser consideradas como evidência de que a sociedade espartana tratava-se de uma sociedade semi-letrada. Estas inscrições são extremamente resumidas, mesmo porque somente eram conferidas a soldados mortos em batalhas ou mulheres que morriam de parto. Quando muito, mencionam somente o nome do morto e o local de sua morte. Dois exemplos são os de Agippia, uma mãe vítima do parto, e de um soldado morto na batalha de Tanagra (c. 457 a.C.) (IG V I, 826 e 721).

A existência de arquivo público só é mencionada claramente por Plutarco (Ages. 19). Porém, existem referências indiretas em Heródotos (III 55) a supostas listas de Éforos e reis, que, segundo Bohring (*ibid* p. 19-23), podem remontar a 556 a.C.. Muitas dessas listas parecem ter sido utilizadas por Hellânicos num trabalho de cronologia dos reis espartanos que não chegou até nós. O fato de Tucídides e Xenofonte juntos mencionarem o nome de dezenas de Éforos epônimos como medidor da cronologia da Guerra do Peloponeso pode indicar também algum tipo de técnica de arquivamento.

Em nossa opinião, a maior evidência de sua existência vem da necessidade ter havido mecanismos mínimos de controle, distribuição e ma-

numissão da mão de obra “servil”. É difícil imaginar como o governo espartano poderia organizar seu regime agrário sem pelo menos um primário sistema contábil. O mesmo pode ser dito em relação às doações obrigatórias feitas às mesas públicas (Syssitia). Porém, como a arqueologia não se tem achado nada que comprove tal visão, não podemos prendermo-nos demais a essa questão.

Conclusão

Resta-nos concluir que Esparta, um governo oligárquico por excelência, impediu o desenvolvimento da palavra falada enquanto instrumento da vida política e enquanto mecanismo de conhecimento. Nunca houve filósofos ou oradores em Esparta, pelo menos tais como os que havia em Atenas. Esta tendência de controlar a palavra falada se difundiu para a palavra escrita de forma a torná-la, tal qual a fala, breve, objetiva e funcional. Lacônicos no falar, por extensão, os espartanos tornaram lacônica a sua escrita.

Abreviações

BSA – Annual of British School at Athens

IG – *Inscriptiones Graecarum*

JHS – Journal of Hellenic Studies

Documentação Textual

ARISTOPHANES. 3 vols. Cambridge: Loeb Classical Library, trad. Benjamin Bickley Rogers

ARISTOTLE. *Politics*. Cambridge: Loeb Classical Library trad. H. Rackham

HERÓDOTOS. *História*. Brasília: ed. Unb, trab. Mario da Gama Cury

ISOCRATE. 3 vols. Cambridge: Loeb Classical Library, trad. George Norlin e La Rue Van Hook.

PAUSANIAS. *Description of Greece Vol. 2*. London: Penguin Books, 1971, trad. Peter Levi.

PLATO. *Laws*. 2 vols. Cambridge: Loeb Classical Library, rev. R.G. Bury.

PLATO. *Greater Hippias*. Cambridge: Loeb Classical Library, trad. H. N. Fowler.

- PLUTARCH. *Parallel lifes*. 11 vols. Cambridge: Loeb Classical Library, trad. B. Perrin.
- PLUTARCH. *Moralia*. 16 vols. Cambridge: Loeb Classical Library.
- STRABO. *Geography*. 8 Vols.. Cambridge: Loeb Classical Library, trad. Horace L. Jones.
- THUCYDIDES. *History of Peloponese War*. 4 Vols. Cambridge: Loeb Classical Library, trad. C.F. Smith.
- XENOPHON. *Hellenica*. Cambridge: Loeb Classical Library, 1947 trad. Carleton L. Brownson.

Bibliografia citada

- BEATTIE, A. J. "An Laconian Lex Sacra" in *Classical Quarterly*, n.s. 1958 p.46-58.
- BORING, Terrence A. *Literacy in Ancient Sparta*. Leiden: Brill, 1979;
- CARTLEDGE, Paul. "Literacy in the Sparta Oligarchy" in *JHS* 1979 p. 25-37.
- CHRIMES, K.M.T. *Ancient Sparta. A Re-examination of the evidence*. Manchester: 1948.
- COULET, Corine. *Communiquer en Grèce Ancienne*. Paris: Les Belles Lettres 1996.
- HAMMOND, H.G. "The Licurgean Reform at Sparta" in *JHS* (1950) p. 42-64.
- HAVELOCK, E.A. *Prologue to greek literacy*. University of Cincinnati, 1971.
- _____. *A Revolução da Escrita na Grécia Antiga*. São Paulo: Ed. Unesp, 1996.
- TIGERSTEDT, E.N. *The Legend of Sparta in Classical Antiquity*. 2 vols. Stockholm: Acta Universitatis, 1963.

Notas:

¹ HAVELOCK, E.A. *Prologue to Greek Literacy*. University of Cincinnati: 1971 p.14. O autor, em trabalhos posteriores, aprofunda seus estudos sobre a cultura escrita e falada na Grécia, mas não altera substancialmente sua concepção do que é uma sociedade letrada e iletrada.

² CHRIMES, K.M.T. *Ancient Sparta*. Manchester: 1948 p. 348 datou em torno de 809 a. C.. HAMOND, N.G. "The Lycurgian Reform at Sparta" in JHS (1950) p.42-69. também a datou no final do século IX.

³ As primeiras dedicações votivas do santuário de Artemis Orthia e da Acrópolis são do final do século VII. Ver Hondius e Woodward, BSA 24 (1919-21) p. 109-117.

⁴ Para maiores detalhes ver BEATTIE, A. J. "An Laconian Lex Sacra" in Classical Quaterly, n.s. I (1958) p. 46-58.